

ESTUDOS DE GÊNERO E ECONOMIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NOS 40 ANOS DA REVISTA OIKOS

GENDER STUDIES AND HOME ECONOMICS: AN ANALYSIS OF ARTICLES PUBLISHED AT OIKOS IN ITS 40 YEARS

ESTUDIOS DE GÊNERO Y ECONOMÍA DOMÉSTICA: UN ANÁLISIS DE LOS ARTÍCULOS PUBLICADOS EN LOS 40 AÑOS DE LA REVISTA OIKOS

Daniela Rezende¹
Ladyjúlia Cordeiro²

Resumo

No presente artigo foi realizado um balanço dos 40 anos da Revista Oikos: Família e Sociedade em Debate, a partir da categoria gênero. A discussão sobre esse tema pode ser um bom ponto de partida para refletir sobre a trajetória da Economia Doméstica e sobre os caminhos, avanços e desafios da Revista. Como metodologia, criamos um corpus formado por 99 artigos presentes nas edições de 1981 a 2021, que contavam com os termos mulher, mulheres, gênero, raça e/ou sexualidade em seus títulos, resumos e/ou palavras-chave. Os artigos incluídos na amostra foram analisados a partir de metodologias quanti e qualitativas, mais especificamente, estatísticas descritivas e análise de conteúdo. Os resultados dessa análise indicaram a prevalência da categoria mulher, em detrimento da categoria gênero, o que pode se relacionar com características do campo da Economia Doméstica no Brasil.

Palavras-chave: Gênero. Economia Doméstica. Revista Oikos.

Abstract

In the present article, we carried out a balance of the 40 years of the journal Oikos: Family and Society in Debate, based on the gender as an analytical category. The discussion on this theme can be a good starting point to reflect on the trajectory of Home Economics and on the paths, advances and challenges of the journal. As methodology, we built a corpus formed by 99 articles present in the dossiers from 1981 to 2021, which contained the terms woman, women, gender, race and/or sexuality in their titles, abstracts and/or keywords. The articles included in the sample were analyzed using quantitative and qualitative methodologies, more specifically, descriptive statistics and content analysis. The results indicated the prevalence of the category woman, to the detriment of the category gender, which may relate to characteristics of the field of Home Economics in Brazil.

Keywords: Gender. Home Economics. Journal Oikos.

Resumen

En el presente artículo se ha realizado un balance de los 40 años de la Revista Oikos: Familia y Sociedad a Debate, a partir de la categoría género. El debate sobre este tema puede ser un buen punto de partida para reflexionar sobre la trayectoria de la Economía Doméstica y sobre los caminos, avances y retos de la Revista. Como metodología, creamos un corpus formado por 99 artículos presentes en los expedientes desde 1981 hasta 2021, que contenían los términos mujer, mujeres, género, raza y/o sexualidad en sus títulos, resúmenes y/o palabras clave. Los artículos incluidos en la muestra se analizaron a partir de metodologías cuantitativas y cualitativas, más concretamente, la estadística descriptiva y el análisis de contenido. Los resultados de este

¹ Doutora em Ciência Política e professora no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Ouro Preto. Também é membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero/UFV e do Núcleo de Estudos da Violência e Direitos Humanos/UFJF. Email: daniela.rezende@ufop.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0461-7940>

² Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa. Professora de Sociologia e Colunista sobre temas de Política e Sociedade no Portal de Notícias Hiper Teia. Email: cordeioladyjulia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/%200000-0001-7278-0315>

análisis indicaron la prevalencia de la categoría mujer, en detrimento de la categoría género, lo que puede relacionarse con las características del campo de la Economía Doméstica en Brasil

Palabras claves: Género. Economía Doméstica. Revista Oikos.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise dos artigos voltados à temática gênero publicados na revista Oikos, desde sua fundação até o presente. Para tanto, apresentamos um breve histórico da revista nessa Introdução, bem como uma reflexão inicial sobre a área de Economia Doméstica e sua relação com os estudos de gênero. O departamento de Economia Doméstica pioneiro no Brasil surgiu em 1978, a partir da Escola Superior de Ciências Domésticas, criada em 1952 na então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, atualmente conhecida como Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em 1981 foi criada a Revista Brasileira de Economia Doméstica *Oikos: Família e Sociedade em debate* que visa semestralmente publicar artigos direcionados à própria área, mas outros que também se relacionem diretamente com o campo de estudos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais.

Inicialmente, a Revista se dividia em duas seções: artigos e comunicações. Enquanto o primeiro dedica-se à divulgação de trabalhos científicos já concluídos, o segundo trata da publicação de resultados preliminares de pesquisas. Ambos possuem a mesma estrutura: introdução, objetivos geral e específicos, revisão de literatura, metodologias, resultados e conclusões, diferenciando-se apenas pela extensão de palavras. Encontra também 10% do espaço destinado para notícias, eventos e resenhas de publicações (CARVALHO et. al, 2012). Em 2011, a revista passou a ser divulgada unicamente na versão digital e eliminou a seção de comunicações.

Ainda que não seja o foco do trabalho, analisar o contexto de institucionalização da Economia Doméstica nos permitiu verificar que a revista Oikos desempenhou um papel importante na inserção profissional de mulheres nas áreas pública e acadêmica. Simultaneamente, representou um espaço aberto, mesmo que restrito, à produção de conhecimento de mulheres, bem como possibilitou a expansão de temas que até então estavam subjugados à esfera do mundo privado, invisibilizados no mundo público, escondidos entre os âmbitos da casa e da família (FIÚZA et. al, 2003).

A discussão sobre esse tema pode ser extensa e complexa, mas pode ser também um bom ponto de partida para refletir sobre a trajetória da área da Economia Doméstica, e, principalmente, os caminhos e avanços da revista Oikos em seus 40 anos de existência. Por

esse motivo, pensamos que seria interessante elaborar um argumento que partisse das perspectivas e problematizações sobre as questões de gênero, não apenas para realizar o levantamento de dados sobre o material produzido até então, mas também por considerarmos como uma relevante oportunidade de observar as mudanças epistemológicas que acompanharam o processo histórico de transformação desse campo e a potência das categorias analíticas que se desdobram em torno das persistentes desigualdades sociais. Por meio dessas lentes, esperamos sermos capazes de investigar, como argumenta Scott (1990), o envolvimento de pesquisadores e pesquisadoras com as narrativas que incluem histórias “dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão”. (SCOTT, 1990, p. 73)

Além da discussão teórico-histórica apresentada na seção seguinte, realizamos uma análise empírica dos artigos publicados na revista Oikos, sobre o tema gênero. Para tanto, examinamos os 32 volumes presentes na revista dos anos de 1981 a 2021, selecionamos os artigos que apresentaram os termos *mulher, mulheres, gênero, raça e sexualidade* no título, resumo e/ou palavras-chave. Os artigos incluídos na amostra foram analisados a partir de metodologias quanti e qualitativas, mais especificamente, estatísticas descritivas e análise de conteúdo. Os resultados dessa análise indicaram a prevalência da categoria mulher, em detrimento da categoria gênero, o que pode se relacionar com características do campo da Economia Doméstica no Brasil.

OS ESTUDOS DE GÊNERO E A ECONOMIA DOMÉSTICA NO BRASIL

Como dito anteriormente, o objetivo desta seção é refletir sobre possíveis pontos de contato entre os estudos de gênero e o campo da Economia Doméstica no Brasil. Para tanto, apresentamos algumas considerações sobre a emergência, consolidação e características dos estudos de gênero no Brasil e, posteriormente, passamos a uma breve discussão sobre a área da Economia Doméstica.

Com o objetivo de discutir a emergência, consolidação, institucionalização e desafios dos estudos sobre a mulher no Brasil, De Oliveira Costa et. al. (2019 [1985], p. 110-111) argumentam que o traço distintivo desse campo é a sua relação com o movimento feminista, que implica em "vontade de superação das desigualdades entre os sexos, das assimetrias nas relações de gênero, da exploração das mulheres". Nesse sentido, os estudos da mulher na perspectiva feminista denunciam as condições de produção científica, explicitando hierarquias que implicaram na quase ausência das mulheres como produtoras de ciência e na pretensa

neutralidade e universalidade do conhecimento produzido nesse contexto. Afirmam as autoras, pois, que "É o feminismo que legitima o tema enquanto problema científico. Os novos estudos sobre a mulher, ainda em busca de identidade própria, estão marcados pela existência do feminismo como parâmetro simbólico" (DE OLIVEIRA COSTA et. al., 2019, p. 111).

Tendo emergido na década de 1970, as autoras estabelecem os anos de 1975 e 1978 como marcos do desenvolvimento desse campo de estudos: o primeiro marca a emergência dos estudos sobre a mulher no contexto brasileiro, tendo sido impulsionada pela comemoração do Ano Internacional da Mulher em 1975, por iniciativa da ONU; já o segundo indica o início do seu processo de consolidação, em que sua legitimidade já não era mais questionada³, ganhando centralidade a necessidade de garantir maior rigor científico e elaboração teórica às produções.

A institucionalização dos estudos sobre a mulher, em fins da década de 1970 até 1990 (HEILBORN; SORJ, 1999), ancorou-se grandemente na criação de programas de pós-graduação, na organização de eventos sobre o tema, a exemplo do seminário *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*, realizado no Rio de Janeiro em 1978, ou ainda na incorporação do tema em eventos científicos, como a criação do GT *A Mulher na Força de Trabalho* vinculado à Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, no fomento às produções pela promoção de concursos, como o fez a Fundação Carlos Chagas e na criação de núcleos de estudos sobre a mulher em universidades brasileiras (DE OLIVEIRA COSTA et. al., 2019; HEILBORN; SORJ, 1999).

Com relação aos principais temas de pesquisas sobre mulher, De Oliveira Costa et. al. (2019) destacam que o trabalho foi um tema fundamental, considerando desde o trabalho assalariado no contexto da sociedade capitalista até as discussões sobre reprodução social e trabalho doméstico:

Essa discussão evoluiu através da análise das diversas formas de participação da mulher na força de trabalho, no campo e na cidade (o emprego doméstico, o trabalho em domicílio, o setor informal de modo geral, o trabalho da menor, o trabalho na indústria e, numa abordagem mais histórica, a participação da mulher na constituição do sistema fabril) em seus mais variados aspectos (a discriminação, a segregação ocupacional, os estereótipos do trabalho feminino) e, finalmente, na relação do trabalho com a vida familiar (DE OLIVEIRA COSTA et. al. 2019, p. 116).

³ Entretanto, o cenário contemporâneo, doméstico e internacional, permite afirmar que novamente os estudos feministas e de gênero estão sob ataque de uma ofensiva transnacional conservadora, que se articula a partir do sintagma "ideologia de gênero" para questionar seu caráter científico. Ver Corrêa (2018), Junqueira (2017), Kóvatz e Pöim (2015) e Kuhar e Paternotte (2017).

Outros temas também se destacam, como saúde da mulher e planejamento familiar, representação da mulher nos meios de comunicação, feminilidade e identidade feminina, participação política feminina, violência, sexualidade e educação sexual. Destacamos ainda a temática da família, objeto central na Economia Doméstica:

Nos estudos da família é feita a crítica da teoria dos papéis sexuais. Destaca-se o papel da mulher nas estratégias de sobrevivência, na reprodução da força de trabalho, na chefia da família [...] As análises sobre cotidiano contribuem de modo especial para dar visibilidade à mulher na família, no presente e no passado. (DE OLIVEIRA COSTA et. al., 2019, p. 117).

Dentre os desafios para a consolidação dos estudos sobre mulher no Brasil apresentados pelas autoras, destacamos a sua pouca densidade teórica e a ênfase na "descrição do concreto numa esperança ingênua de que a quantificação e a observação direta seriam suficientes para explicar a realidade social" (DE OLIVEIRA COSTA et. al. 2019, p. 131). Ainda que o fenômeno tenha causas múltiplas e que o texto esteja datado, uma vez que foi publicado originalmente em meados dos anos 1980, portanto no bojo do processo de consolidação dos estudos sobre mulher no Brasil, destacamos, a partir das autoras, que um das causas da baixa densidade teórica característica desse campo de estudos se deveu a um escamoteamento dos desafios relacionados à formulação de teorias e conceitos e ao refinamento de ferramentas teóricas mobilizadas (DE OLIVEIRA COSTA et. al., 2019, p. 132). Nesse sentido, argumentamos que uma dessas ferramentas analíticas relevantes para o adensamento teórico do campo pode ser encontrada no conceito de gênero.

Ao analisar o desenvolvimento dos estudos de gênero no país, Heilborn e Sorj (1999) afirmam que, no Brasil, tais estudos se institucionalizaram de forma integrada à dinâmicas científicas pré-existentes, tendo se institucionalizado como Estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou de Relações de Gênero. Essas nomenclaturas remetem aos debates teórico-conceituais presentes no campo, ou seja, "A escolha de uma ou outra destas denominações não é ingênua nem arbitrária, pelo contrário, remete às controvérsias sobre a natureza e os limites desta área de estudos" (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 4). Assim, a categoria mulher, de caráter empírico/descritivo, predominou nos estudos produzidos nas décadas de 1970 e 1980, tendo sido gradativamente substituída pelo conceito de gênero:

Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. Os homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada nesses estudos e uma abordagem que focaliza a estrutura social mais do que os indivíduos e seus papéis sociais foi favorecida (HEILBORN e SORJ, 1999, p. 4).

Entretanto, essa substituição não se deu sem conflitos e tensões, nem de forma linear, uma vez que ainda são recorrentes as análises que empregam *mulher* como categoria central, ou ainda, que tratam os termos mulher e gênero como sinônimos teórica e/ou empiricamente, como veremos na análise empírica apresentada mais adiante neste artigo. Diante disso, argumentamos, a partir de Hemmings (2009), que essas "estórias", tal como aquelas contadas por De Oliveira Costa et. al. (2019) ou por Heilborn e Sorj (1999), devem ser lidas a partir das tensões e das possibilidades de articulação e continuidade entre diferentes momentos do desenvolvimento do campo de estudos em questão⁴. Ou, como afirma Moschkovich (2018, p. 33),

These complex variations and combinations of the terms “sex”, “gender”, “feminism” and “women” allows for a deeper questioning of the impression that they are somehow equivalent, and that “gender” only substituted what was before called “sex” (or that it has substituted the use of “men” and “women” as categories). Those are specific ways to give names and thus operate classifications of a specific sphere of social life. Such classifications, however, do not coexist independently or isolated from each other, carrying different political and theoretical-epistemological standpoints around a specific object.

Sorj e Heilborn (1999) argumentam que a categoria gênero foi originalmente pensada como um contraponto cultural ou social à dimensão biológica e anatômica geralmente característica da categoria mulher. Nicholson (2000) argumenta que essa separação que opõe sexo (natureza) e gênero (cultura) se configura como uma estratégia de fundacionalismo biológico, que, apesar de se diferenciar do determinismo biológico, ainda afirma que o gênero é formado por interpretações sociais e culturais de um corpo/sexo que seria indiscutível, imutável, a-histórico e universal, não dando conta das complexidades e tensões presentes nas interrelação entre esses conceitos e nas experiências de sujeitos concretos. Essa formulação, entretanto, não se sustenta nos debates contemporâneos, que tendem a tratar de forma não binária ou oposicional as categorias de sexo e gênero, considerando que o último se fundamenta, em última instância em um corpo sexuado (LAQUEUR, 2001; BUTLER, 2003; SCOTT, 2012; CONNELL; PEARSE, 2016)⁵.

⁴ Heilborn e Sorj (1999) apresentam com mais detalhe as discussões e embates que se organizaram em torno dessa categoria analítica. Para uma aproximação da recepção do conceito de gênero no Brasil, ver Moschkovich (2018).

⁵ Importante observar que é essa perspectiva sobre gênero que tem sido alvo de movimentos conservadores na contemporaneidade, na medida em que rompe com binarismos como sexo/gênero, natureza/cultura, masculino/feminino, representando, portanto, uma ameaça ao poder de grupos que se beneficiam com o *status quo*, fortemente marcado pelo sexismo, além de outras desigualdades.

Considerando o exposto, passamos à definição de gênero como categoria analítica. Segundo Joan Scott (1990), referência muito presente nos estudos de gênero no Brasil, o conceito é dividido em duas partes: 1) elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas *diferenças percebidas* entre os sexos (grifo nosso) e 2) uma forma primária de dar significado às relações de poder. Gênero implicaria quatro elementos inter-relacionados: a) símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; b) conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos; c) instituições sociais, incluindo o parentesco, mas não exclusivamente; d) identidade subjetiva (SCOTT, 1990).

Finalmente, a autora afirma que a estratégia feminista "sugere que gênero seja reestruturado e redefinido em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também raça e classe" (p.93). Na mesma direção, Connell e Pearse (2016, p. 48) definem gênero como

[...] a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais. De maneira informal, gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse 'lidar' para nossas vidas pessoais e o nosso destino coletivo.

Nesse sentido, Scott (2012) afirma que a categoria gênero permanece sendo alvo de disputas e embates, como mostram os movimentos antigênero contemporâneos⁶ e as tensões no campo dos feminismos, especialmente entre feministas radicais e transfeministas⁷, que advogam o retorno à categoria mulher em detrimento do conceito de gênero, acusado de ser uma ameaça à ordem social por desestabilizar noções biologizantes a respeito de corpo e sexo, principalmente. A autora argumenta que não há um "uso ordinário, geralmente aceito" do conceito, o que remete à discussão sobre a instabilidade das categorias na epistemologia feminista (HARDING, 2019 [1993]) e à relação entre saber e poder, produção científica e disputas políticas.

Diante disso, Scott (2012) afirma que gênero não se refere apenas às relações sociais entre homens e mulheres, mas também a visões da ordem social e sua contestação a partir dos termos masculino e feminino. Esse argumento remete, pois, à própria definição cunhada

⁶ Tais movimentos, de caráter transnacional, têm se apresentado na contemporaneidade como contrários à "ideologia de gênero". Segundo Kuhar e Paternotte (2017, p. 5) esse ativismo antigênero "considera o gênero como a matriz ideológica de um conjunto de reformas éticas e sociais abomináveis, nomeadamente direitos sexuais e reprodutivos, casamento e adoção de/por pessoas do mesmo sexo, novas tecnologias reprodutivas, educação sexual, transversalidade de gênero, proteção contra a violência de gênero e outros".

⁷ Ver, por exemplo: <https://www.newyorker.com/magazine/2014/08/04/woman-2>. Acesso em 01 set. 2021.

pela autora (SCOTT, 1990), e à concepção de que gênero é uma "forma primária de dar significado às relações de poder". Nesse sentido, a autora afirma:

A ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade. É sobre as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resistir ou derrubá-los. É sobre os interesses que motivam essas lutas, as apostas e os apostadores. Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, masculino e feminino chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais relações sociais são formadas e fronteiras políticas patrulhadas. Nesta perspectiva, gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de política (SCOTT, 2012, p. 337).

É nesse sentido que gênero se apresenta como uma categoria analítica potente, na medida em que permite articular as dimensões micro (identidade subjetiva) e macrossociais (instituições sociais), chamando atenção para as relações sociais que se articulam a partir de definições de masculino e feminino, bem como da contestação dessas definições e relações. Assim, essa seria uma categoria analítica e não apenas descritiva, na medida em que remete a processos sociais mais amplos e complexos, estando ela mesma em disputa.

Diante do exposto, consideramos que a discussão precedente é central para se analisar a produção sobre gênero e sexualidade na revista Oikos, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa e à Associação Brasileira de Economistas Domésticos, uma vez que a área se constitui com o propósito de pensar a relação entre indivíduo e sociedade a partir da análise da família, podendo ser definida como uma "ciência de e para mulheres" (FIUZA et. al., 2003). Mesmo que isso não signifique que essa área esteja livre das amarras político-culturais que transbordam o seu desenvolvimento histórico, é um marco importante pensar que o âmbito da reprodução social ganhou espaço na esfera pública a partir da emergência desse campo do conhecimento, que ofereceu não apenas um "novo" modo de fazer, mas, principalmente, uma oportunidade de repensar a ciência.

Como sublinhado por Fiúza et. al. (2003, p. 103), a Economia Doméstica nasceu e se estabeleceu com vínculos intensos com a dimensão de gênero:

[...] sob a égide dos valores sagrados da economia, com a missão de fornecer às donas de casa conhecimentos para a administração, planejamento e gerenciamento do lar e, portanto, tanto quanto uma possibilidade de expansão de assuntos que até então eram definidos como "assuntos da casa", sua instauração também estabeleceu um *ethos profissional* altamente definido pelo gênero.

Da Silveira Leite (2016) destaca que, desde sua origem, os cursos de Economia Doméstica criados no Brasil estiveram vinculados à extensão rural e à necessidade de planejamento e administração da pequena propriedade rural, demandas posteriormente ampliadas para o cenário urbano. Além disso, sua criação reforçou, segundo a autora, a divisão sexual do trabalho. Amaral Jr. (2013, p. 275) reforça esse argumento ao afirmar que "a economia doméstica foi criada como uma forma de 'educação para o lar' para as mulheres, em sintonia com o modelo de família da época que estava fundada na divisão sexual do trabalho".

Assim, embora tenha surgido em meados do século XX, tendo contribuído para a inserção feminina nas universidades e para conferir status científico às atividades domésticas (LOPES, 2012), seu desenvolvimento terminou por

[...] desvalorizar o saber empírico das donas de casa e "valorizar uma forma androcêntrica de fazer ciência e trabalhar conforme sistemas de significados da esfera pública ocultando num processo de cientificismo as reflexões acerca da apropriação pela universidade da divisão social sexual do trabalho" (LOPES, 2012:01), colaborando para a decadência desta ciência e para o ofuscamento da problematização das relações de gênero no âmbito da casa (DA SILVEIRA LEITE, 2016, p. 271).

Apesar dessas limitações, destacamos que a Economia Doméstica serviu ao propósito de inscrever mulheres na história como detentoras e produtoras de conhecimento, resultando diretamente na "redefinição e [n]o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas" (SCOTT, 1990, p. 73). No entanto, é indispensável destacar que ao optar por adotar um referencial analítico centrado na categoria mulher, trabalhos da área de Economia Doméstica podem ter reforçado a demarcação e reforço de papéis sociais tipicamente femininos e masculinos. Esse fato não é exclusividade da área, tendo em vista que a demarcação e desvalorização do trabalho feminino, bem como essa representação simbólica binária, marca a produção científica ocidental.

Isso, porém, não é afirmar que a solução seria assumir uma lente de análise baseada unicamente no gênero, sem repensar quais aspectos fundamentam esse conceito. Ou ainda, como afirma Matos (2008), não se trata apenas de incorporar a variável sexo nas análises, como *proxy* para gênero (teorias e gênero), mas atentar para as implicações teóricas, analíticas e metodológicas dessas escolhas, sendo importante, portanto, avançar na produção e refinamento de teorias *de* gênero, com objetivo de descrever e compreender a realidade sem, no entanto, desconsiderar "a desigualdade, a opressão e as relações de poder entre homens e mulheres." (SANTIAGO et. al, 1992). Buscar uma alternativa pretensamente neutra sem considerar as desigualdades existentes apenas opera no sentido de reforço e apagamento

dessas disparidades, o que termina por reforçar a definição tradicional do “ser mulher”, do “feminino”.

Fiúza et. al. (2003) realçam essa proposição ao destacar que a produção acadêmica do mestrado em Economia Doméstica até o início dos anos 2000 foi majoritariamente direcionada a temas considerados como tipicamente femininos, tais quais o “cuidado das crianças, idosos, da alimentação, do vestuário, da educação”, além de argumentarem o fato de que essas “tarefas acompanham o movimento de toda a sociedade burguesa, de institucionalização no mundo público, de atividades antes realizadas na esfera doméstica” (Fiúza et. al, 2003, p. 103). Nesse sentido, como afirma Da Silveira Leite (2016), essa ênfase pode implicar em uma divisão sexual do trabalho científico, cabendo à Economia Doméstica os temas relacionados à mulher, à casa, à intimidade, em um processo de naturalização desses dualismos (homem/mulher; trabalho/casa; racionalidade/afetividade, público/privado).

Evidencia-se, então, que não basta reconhecer que a modernidade é marcada por uma separação bem estabelecida entre o que se constitui como esfera privada e esfera pública, por exemplo. É preciso atentar para as desigualdades e injustiças que essa separação e oposição sustentam (PATEMAN, 1993), além da própria artificialidade dessa fronteira, fruto de convenções sociais, sujeita, portanto, a questionamentos, disputas e revisões.

Em vista disso, podemos enfatizar, por exemplo, o que Silvia Federici (2017) aponta como o processo da desvalorização do trabalho feminino, fenômeno que teve início com a transição para a sociedade moderna. A autora (2017, p. 232) argumenta que “assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão da força de trabalho” e, nesse sentido, há coerência em afirmar que mesmo que as mulheres adentrem a esfera pública e sejam remuneradas por isso, ainda enfrentam a discriminação de terem seu trabalho definido por um processo histórico de depreciação ligado “à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar” (FEDERICI, 2017, p. 188). Em outras palavras, adentrar o “mundo público” não implica no fim das desigualdades de gênero se esse processo não estiver amparado na aceção de que até mesmo essa “entrada” é altamente limitada por aspectos predecessores que, por essa lógica, não apenas operam no sentido da definição do lugar das mulheres, mas também na institucionalização de um lugar inferior (FEDERICI, 2017).

Nessa linha, como Santiago et. al. (1992) sugerem, não basta apenas compreender que a dinâmica público/privado se fundamenta de diferentes formas para homens e mulheres; para uma análise crítica é preciso investigar de que modo essas esferas se correlacionam e se interpenetram e como essa dinâmica interfere na vida e organização do que se compreende

como masculino e feminino. Dito de outra maneira, um estudo que interprete esses campos de forma separada ignora os fundamentos ou causas dos fenômenos em análise, que poderiam ser explicitadas ao serem interpretadas a partir da perspectiva de gênero.

Pelo exposto, pode-se dizer que o curso de Economia Doméstica se fundou em uma contradição, pois, se por um lado efetuou a demarcação de um espaço público aberto às mulheres, a universidade, por outro, reforçou noções tradicionais de feminilidade, delimitando um âmbito restrito da produção de conhecimento "de mulheres e para mulheres" (FIÚZA et. al., 2003). Como aponta Amaral Jr. (2020, p. 81), as análises históricas sobre o campo construídas a partir da perspectiva de gênero (notadamente LOPES, 1995 e SIMÃO, 2016) permitem explicitar essa contradição, na medida em que trazem "ao centro do debate alguns dos elementos ideológicos que são importantes para se compreender seu surgimento e trajetória: como a divisão sexual do trabalho, o vocacionalismo das atividades femininas e a "naturalização" do doméstico atribuído às mulheres".

É nesse sentido que a análise das publicações da revista Oikos, periódico vinculado, inicialmente, à Associação Brasileira de Economistas Domésticos e, posteriormente, ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, pode ser entendido como um objeto de extrema relevância para se analisar como os debates sobre gênero foram/são incorporados por esse campo científico, permitindo apontar lacunas e possibilidades de investigação e reflexão. Para levar a cabo essa proposta, realizamos um levantamento empírico detalhado na próxima seção.

METODOLOGIA

Com o objetivo de fazer um balanço das publicações sobre gênero na revista Oikos, realizamos um censo a partir dos 32 volumes da revista, publicados entre 1981 e 2021. Foram identificadas 109 publicações que contavam com os termos *mulher*, *mulheres*, *gênero*, *raça* e *sexualidade* no título, resumo e/ou palavras-chave. Apesar dessas palavras-chave remeterem a temas distintos (HEILBORN; SORJ, 1999), consideramos, a partir de Scott (1990), que a categoria gênero tem seu potencial analítico ampliado quando pensada em interrelação com outros marcadores, como os citados acima. Dessas publicações identificadas inicialmente, selecionamos apenas os artigos, excluindo as comunicações⁸, a fim de padronizar a amostra, que foi composta, finalmente, por 99 artigos que obedeceram ao critério de busca apresentado.

⁸ Segundo Carvalho et. al. (2012, p. 5), as comunicações se diferenciam dos artigos por apresentarem menor extensão em termos de número de palavras máximo, 1600, contra 7000 palavras no caso dos artigos.

A partir dessa amostra, foi construído um corpus com os resumos dos artigos, a fim de investigarmos o conteúdo das publicações, especificamente, como as categorias gênero, sexualidade e raça foram mobilizadas nas publicações, se houve inflexões em sua mobilização no período analisado, a prevalência de uma categoria em detrimento de outras e a articulação entre elas.

A despeito das potenciais limitações em analisar apenas os resumos das publicações, consideramos que estes compõem um gênero textual específico, que traz uma "apresentação sintética e seletiva das ideias de um texto" (MEDEIROS, 2009, p. 128), permitindo acessar as principais ideias nele veiculadas. Nesse sentido, como argumenta Ferreira (2002), a análise dos resumos nos permite contar uma história (dentre as muitas possíveis) "como elos de uma cadeia de comunicação verbal da esfera acadêmica" (p. 270).

Importante observar que os resumos incluídos no corpus variaram, em termos de extensão, entre um parágrafo e uma lauda da revista, sendo possível identificar em sua quase totalidade os objetivos do artigo, a metodologia utilizada e as principais conclusões, o que garantiu maior robustez à análise. Diante do exposto, consideramos que esses procedimentos permitiram atender aos critérios de representatividade, dado que foi realizado um censo dos artigos sobre os temas mulher, gênero, raça e sexualidade, e de homogeneidade, uma vez que o corpus foi construído a partir de artigos publicados em um mesmo periódico.

A análise das publicações foi realizada em duas etapas, combinando estratégias quanti e qualitativas. Inicialmente, realizamos análises descritivas dos artigos, considerando as variáveis ano e década de publicação e outras relacionadas a perfil de autores (as), tais como titulação, área de atuação e vínculo institucional. A fim de padronizar essas informações, consideramos apenas as características do (a) primeiro (a) autor (a). Essa escolha também permite dialogar com publicações de natureza semelhante, a exemplo de Carvalho et. al. (2012). Em seguida, passamos à análise de conteúdo dos resumos que compuseram o corpus, com o auxílio do software Iramuteq no processo de categorização.

Segundo Franco (2005, p. 3), "o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem" e esta possui significado e sentido que, por sua vez, se relacionam com o contexto que a mensagem foi produzida e as características de seus emissores. Nesse sentido, afirma Franco (2005, p. 15), a ênfase da análise de conteúdo é semântica, uma vez que se pauta pela "busca descritiva, analítica e interpretativa do sentido que um indivíduo (ou diferentes grupos) atribuem às mensagens verbais ou simbólicas". Tem-se, portanto, que essa técnica permite não apenas a descrição dos conteúdos das mensagens analisadas, mas a

produção de inferências sobre as mesmas, considerando seus conteúdos manifestos e latentes e o contexto de sua produção.

A aplicação da técnica com o uso do Iramuteq permite a classificação automatizada do corpus, considerando como unidade de registro fundamental (ou unidade de contexto elementar) a palavra e como unidades de contexto (ou segmentos de texto) as frases em que essas estão inseridas. A classificação ou codificação é uma etapa central na análise de conteúdo: “[a] categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2005, p. 57).

Especificamente com relação ao processo de categorização/classificação com apoio do Iramuteq, o critério de diferenciação e reagrupamento das unidades de registro (palavras) é o teste quiquadrado, ou seja, nesse caso assume-se um critério estatístico para a realização do processo. Ponderamos que tal escolha permite atender ainda aos requisitos de exclusão mútua, pertinência, objetividade e fidedignidade e produtividade, centrais para a realização de uma boa codificação e, por conseguinte, de uma análise qualificada do corpus (FRANCO, 2005, p. 65).

A classificação dos segmentos de texto baseou-se na Classificação Hierárquica Descendente (CHD), também conhecida como método de Reinert. Segundo Camargo e Justo (2013, p. 516), a CHD

[...] classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas (palavras já lematizadas). Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes.

Outras análises foram empregadas, como a nuvem de palavras, que permite uma primeira aproximação com o corpus, dispondo de forma gráfica as palavras mais frequentes e diferenciando-as a partir da proporcionalidade entre tamanho na nuvem de palavras e frequência no corpus. A Análise Fatorial de Correspondência, que transpõe os resultados da CHD para um plano cartesiano, permitindo visualizar as relações entre as diferentes classes de palavras, também foi utilizada na análise. A seguir, apresentamos os principais resultados, analisados à luz da discussão teórica precedente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como primeira aproximação da amostra analisada, apresentamos a seguir algumas estatísticas descritivas com o objetivo de apresentar um panorama das publicações⁹. Na tabela 1, temos a distribuição dos artigos por década:

Tabela 01 – Artigos com o tema mulher, gênero, sexualidade e raça publicados na revista Oikos, 1981-2021¹⁰

Década	N.Abs.
1980	10
1990	9
2000	28
2010	39
2020	13
Total	99

Fonte: as autoras, a partir do sítio eletrônico da revista Oikos

Os dados indicam que os temas investigados sempre estiveram presentes na revista Oikos. Entretanto, destacam-se as décadas de 2000 e 2010 em termos do volume de publicações sobre os temas, com 28 e 39 artigos publicados, respectivamente. Considerando que a década de 2020 ainda está em curso, os dados disponíveis na Tabela 1 apontam para uma tendência de incremento do número de artigos sobre o tema, considerando que, em apenas dois anos (2020 e 2021) o volume de publicações já superou as décadas de 1980 e 1990 consideradas separadamente. Para reforçar essa tendência, observamos que as edições dos anos 2020 e 2021 já representam 68,42% (13) dos artigos sobre o tema publicados nas décadas de 1980 e 1990 agregadas (19 artigos no total).

As Tabelas 2 e 3 apresentam dados sobre a escolaridade e a área de titulação de primeiras autoras¹¹ dos artigos.

⁹ A unidade de análise é artigo publicado e, por isso, pode haver sobre representação de alguns dados, no caso de haver mais de uma publicação com a mesma primeira autora. Mantivemos essa escolha metodológica porque o foco da análise são os artigos. As informações sobre autoria são importantes para contextualizar a análise de conteúdo, apresentada adiante.

¹⁰ Como o total de artigos analisados é 99, os valores percentuais são bem próximos aos números absolutos e, por isso, não estão informados nas tabelas.

¹¹ Uma vez que 91,9% (91 em 99) dos artigos analisados possuem pessoas do sexo feminino como primeira autora, utilizaremos a flexão de gênero no feminino. Esse padrão também foi identificado por Carvalho et. al. (2012).

Tabela 02 – Escolaridade de primeiras autoras de artigos com o tema mulher, gênero, sexualidade e raça publicados na revista Oikos, 1981-2021

Titulação	N. Abs.
Graduação	25
Especialização	1
Mestrado	55
Doutorado	18
Total	99

Fonte: as autoras, a partir do sítio eletrônico da revista Oikos

Com relação à titulação das primeiras autoras, observamos que cerca de 75% dos artigos publicados foram de autoria de pessoas com titulação em nível de pós-graduação, com destaque para o título de mestre, que concentra 55,5% do total de artigos. Esse resultado converge com os achados de Carvalho et. al. (2012, p. 18) e, segundo as autoras, “pode ser explicado pelo atendimento prestado pela revista na publicação das dissertações dos alunos que concluem o mestrado em Economia Doméstica na UFV”. Com relação à área de titulação das primeiras autoras, verificamos a grande concentração das publicações na área de Economia Doméstica (52,5%), seguida de longe pela área de Extensão Rural (12,1%), o que pode ser explicado pelo histórico de surgimento da Economia Doméstica no Brasil, fortemente vinculada à necessidade de planejamento em pequenas propriedades rurais, além de sua vinculação institucional com escolas superiores de ciências agrárias.

Tabela 03 – Área de titulação de primeiras autoras de artigos com o tema mulher, gênero, sexualidade e raça publicados na revista Oikos, 1981-2021

Área de titulação	N. Abs.
Administração	2
Ciências Sociais	9
Demografia	2
Desenvolvimento	2
Economia Doméstica	52
Economia	6
Epidemiologia	3
Engenharia de Produção	1
Extensão Rural	12
Literatura	1
Meio Ambiente	1

Nutrição	1
Psicologia	1
Saúde	4
Serviço Social	2
Total	99

Fonte: as autoras, a partir do sítio eletrônico da revista Oikos

Os dados apresentados acima convergem também com o perfil da revista Oikos, originalmente vinculada à Associação Brasileira de Economistas Domésticos, criada com o objetivo de suprir a lacuna relativa à insuficiência de estudos disponíveis em português e a necessidade de fomentar o desenvolvimento de pesquisas na área (SIMONINI, 1981; CARVALHO et. al., 2012). Os dados da Tabela 4 reforçam esses achados:

Tabela 04 – Vínculo institucional de primeiras autoras de artigos com o tema mulher, gênero, sexualidade e raça publicados na revista Oikos, 1981-2021

Vínculo institucional	N. Abs.
Centro de Referência de Assistência Anchieta/ES	1
EMATER/DF	1
Empresa Viçosense de Assessoria Técnico-Acadêmica	1
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	1
Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão/PR	1
Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade	1
Instituto Federal de Minas Gerais/Campus Bambuí/MG	1
Polícia Civil do Estado de Goiás	2
Unifagoc/Ubá/MG	1
Unimontes	1
Universidade de Brasília	1
Universidade de São Paulo	1
Universidade Federal de Minas Gerais	3
Universidade Federal de Pelotas	3
Universidade Federal de Pernambuco	1
Universidade Federal de Santa Catarina	1
Universidade Federal de Viçosa	55
Universidade Federal do Ceará	2
Universidade Federal do Rio Grande	1
Universidade Federal Rural de Pernambuco	14

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2
Universidade Rovuma/Moçambique	1
Universidade Técnica de Lisboa	1
Sem vínculo informado	2
Total	99

Fonte: as autoras, a partir do sítio eletrônico da revista Oikos

Destaca-se o grande número de primeiras autoras vinculadas à Universidade Federal de Viçosa (55 de 99 artigos), sede da revista desde a sua fundação, seguida da Universidade Federal Rural de Pernambuco (14 artigos em um total de 99), instituição sede de cursos de graduação e pós-graduação na área de Economia Doméstica, resultados muito semelhantes àqueles encontrados por Carvalho et. al. (2012). Os dados acima também indicam a dispersão geográfica e o alcance nacional das publicações, que contam com primeiras autoras de instituições de diferentes regiões do país, além de autorias de pesquisadoras vinculadas a instituições estrangeiras em países de Língua Portuguesa, como a Universidade Rovuma, sediada em Moçambique, e a Universidade Técnica de Lisboa em Portugal. Isso também está diretamente ligado à recomendação feita pela Capes que, por considerar uma espécie de endogenia a maior parte das publicações ser oriunda da mesma universidade, indicou que pelo menos 30% do espaço fosse reservado para trabalhos de outras instituições (CARVALHO et. al, 2012). Importante observar também que figuram como objetos empíricos dos artigos analisados municípios que sediam ou sediaram escolas de Economia Doméstica, como Pelotas/RS, Recife/PE, Fortaleza/CE, com destaque para Viçosa/MG.

Como uma primeira aproximação ao conteúdo das publicações, verificamos que 44 dos 99 artigos incluídos na análise mobilizam a categoria gênero no título, resumo e/ou palavras-chave. A distribuição desses artigos no período analisado foi: 3 publicações na década de 1990, 14 nos anos 2000, 20 na década de 2010 e 7 nos anos 2020 e 2021. Verificou-se, pois, que nos artigos publicados entre 1981 e 1991, os dez primeiros anos da revista Oikos, a palavra gênero não é mencionada. Observa-se, ainda, a concentração de publicações que utilizam essa categoria na década de 2010. Quanto ao termo sexualidade, apenas dois artigos o mencionam e a categoria raça foi registrada em quatro artigos publicados nas três últimas décadas analisadas.

Desses resultados, depreende-se que a vasta maioria dos artigos publicados na revista mobiliza como categoria de análise os termos mulher e/ou mulheres, que podem aparecer isoladamente ou em conjunto com os mencionados anteriormente. Entretanto, como apontam

A nuvem de palavras reforça os achados apresentados anteriormente e explicita a centralidade do termo *mulher* nos artigos analisados. Destaca-se ainda a palavra *trabalho*, que aponta para um dos temas de destaque nas publicações incluídas na amostra, referindo-se a desigualdades no campo do trabalho assalariado ou estratégias de conciliação entre trabalho e família, temas frequentes nas análises desenvolvidas. Esse resultado corrobora os achados de Carvalho et. al. (2012), bem como converge com características históricas do campo da Economia Doméstica e também dos estudos de gênero no Brasil, originalmente voltados à análise da inserção da mulher no mercado de trabalho assalariado (DE OLIVEIRA COSTA et. al., 2019).

Entretanto, o conceito de divisão sexual do trabalho, central para se analisar as desigualdades de gênero no trabalho, é pouco mobilizado, aparecendo de forma residual no quadrante inferior direito do gráfico. A categoria *família* e o termo *familiar* também se destacam, o que pode ser explicado por sua relevância no campo da Economia Doméstica. A categoria analítica *gênero* é menos frequente que as anteriormente mencionadas, o que reforça a centralidade da categoria *mulher* na Economia Doméstica.

Como discutido anteriormente, *gênero* e *mulher* não são sinônimos. A primeira é uma categoria analítica que destaca as relações sociais construídas a partir da diferença sexual (SCOTT, 1990; CONNELL e PEARSE, 2016) e para a dimensão política dessas relações, uma vez que essas seriam, segundo Scott (1990), formas primárias de significação de relações de poder. Já o termo *mulher* se refere a uma categoria descritiva, usualmente baseada na diferença sexual binária (masculino vs. feminino), imutável, a-histórica, remetendo à estratégia de fundacionalismo biológico (NICHOLSON, 2000; SCOTT, 2012), em “que a biologia permaneceu o terreno em que qualquer definição sobre mulheres repousava” (SCOTT, 2012, 335). Dessa forma, o que esse resultado pode indicar é que os trabalhos publicados na revista Oikos apresentam caráter mais descritivo ou, ainda, empírico, havendo pouca produção voltada ao refinamento das teorias e categorias de análise empregadas.

Os Gráficos 2 e 3 trazem os resultados da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e da Análise de Correspondência Fatorial (AFC). No Gráfico 3 observamos que o corpus foi dividido em dois *subcorpora*, um formado pelas classes 5, 2 e 3 e outro pelas classes 4 e 1. A classe 3 classificou o maior volume de palavras (26,4%), seguida pelas classes 5 (22%) e 4 (20,8%). Já as classes 2 e 1 agregaram 15,5% e 15,2%, respectivamente, dos segmentos de texto analisados. O Gráfico 2 apresenta os resultados da CHD em um plano cartesiano, permitindo visualizar as relações entre as distintas classes.

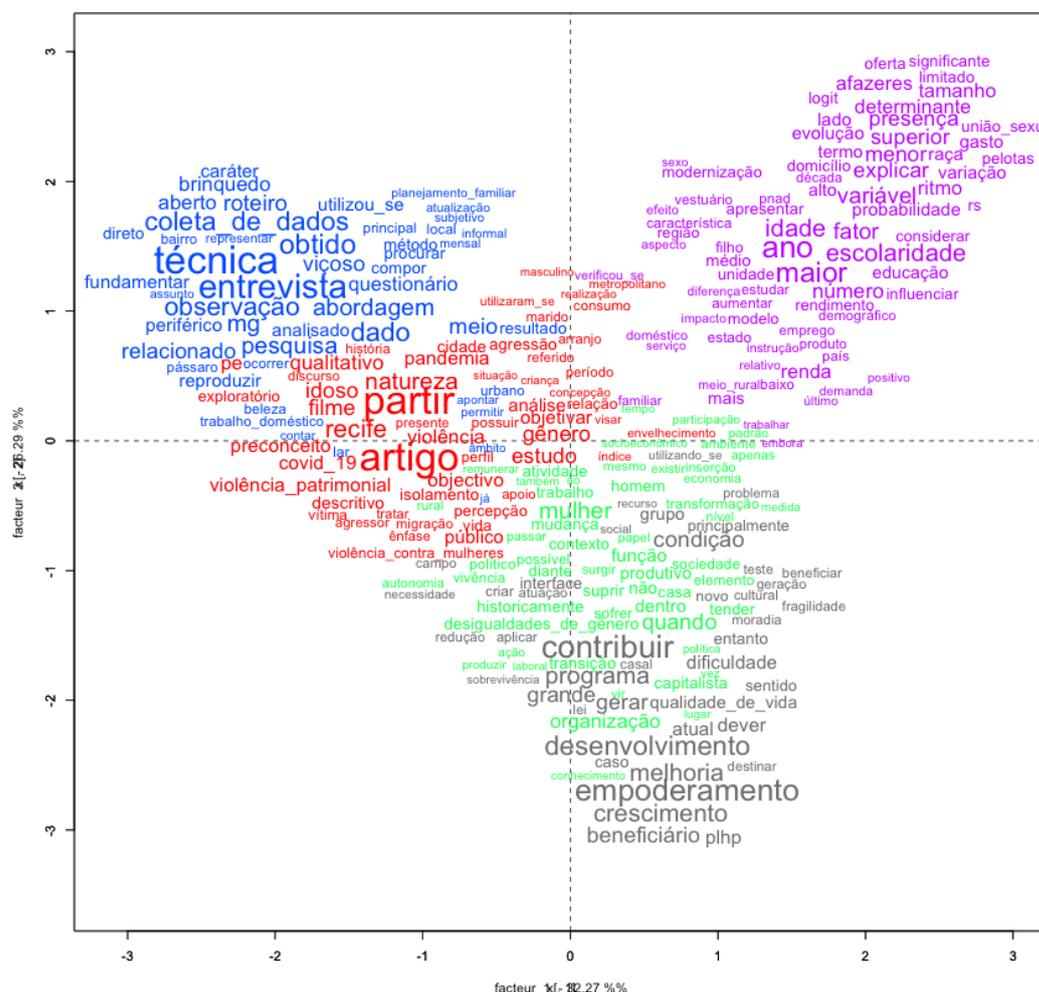
O subcorpus formado pelas classes 5, 2 e 3, nomeado de *Temas*, refere-se ao conteúdo dos artigos. A classe 3, mais expressiva, tem como palavra mais frequente *mulher*, seguida de termos que se referem a temas tratados nos artigos: *organização, produtivo, mudança, desigualdades, dupla jornada, capitalista*. Esses termos estão relacionados também com a dimensão do trabalho, muito abordada nas publicações analisadas, conforme indicamos anteriormente, o que reforça os resultados encontrados em Carvalho et. al. (2012). A classe 2 remete à discussão sobre políticas públicas, o que indicam os termos *desenvolvimento, crescimento, programa, PLHP* (Programa Lares Habitação Popular¹²). Já a classe 5 remete a variáveis incluídas nos modelos empíricos utilizados nos artigos: *ano, idade, escolaridade e renda*. Verifica-se nessa classe a presença de grande número de artigos que empregou metodologias quantitativas de análise, o que fica explicitado pelos termos *variável e determinante*.

Já o subcorpus formado pelas classes 1 e 4, nomeado de *Metodologia*, se relaciona com os objetivos dos artigos, seu escopo geográfico, com destaque para as cidades de Viçosa e Recife e os estados de Minas Gerais e Pernambuco, bem como as técnicas de pesquisa empregadas. A classe 4 foi formada por termos como *técnica, entrevista, dado, coleta de dados, observação, roteiro*. Já a classe 1 foi composta pelas palavras *artigo, estudo, qualitativo, objetivo*. Esses dados indicam que predominam na revista Oikos artigos de caráter empírico ou aplicado, com recurso a metodologias quantitativas e qualitativas, referidos geograficamente a estados em que existe/existiu curso de graduação em Economia Doméstica (UFV/MG e UFRPE/PE), o que reforça a centralidade da publicação para o campo da Economia Doméstica.

Considerando os debates a respeito da categoria gênero apresentados anteriormente, reputamos importante desagregar a análise por década, de forma analisar se houve alguma inflexão com relação ao uso dessa categoria ao longo do período analisado. Os resultados da análise desagregada estão expostos no Gráfico 4, que indica que em todas as décadas incluídas na análise a categoria *mulher* é central.

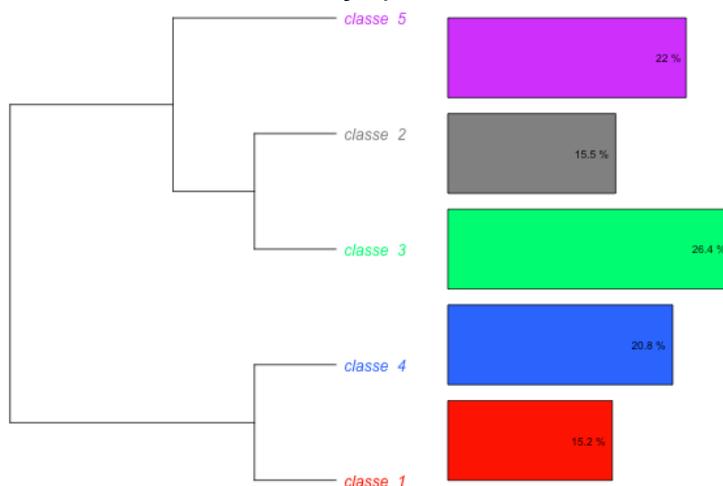
¹² Programa de habitação desenvolvido pelo governo de Minas Gerais. Ver: <http://www.cohab.mg.gov.br/inscricao-no-lares-habitacao-popular/>. Acesso em 30 ago. 2021.

Gráfico 02 – Análise de Correspondência Fatorial (AFC) dos resumos dos artigos com o tema mulher, gênero, sexualidade e raça publicados na revista Oikos, 1981-2021



Fonte: as autoras, a partir do sítio eletrônico da revista Oikos

Gráfico 03 – Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos resumos dos artigos com o tema mulher, gênero, sexualidade e raça publicados na revista Oikos, 1981-2021



Fonte: as autoras, a partir do sítio eletrônico da revista Oikos

Podemos perceber que os artigos publicados na década de 1980 não faziam referência ao conceito de gênero. Nessa década podemos também observar o destaque para as análises sobre o mundo rural, o que fica demonstrado pela centralidade dos termos *mulher rural*, *meio rural*, *rural*. Essa relação pode ser explicada pelo histórico do campo da Economia Doméstica e sua proximidade com a Extensão Rural (DA SILVEIRA LEITE, 2016), uma subárea da Economia Doméstica (CARVALHO et. al., 2012). Também chamamos atenção para termos como *aleatório*, *regressão*, *controle*, que se relacionam com uma abordagem quantitativa.

Já na década de 1990 o termo *gênero* aparece, mas menos frequente que *família*. Têm destaque as análises com foco no município de Viçosa, Minas Gerais, e temas como economia doméstica, vestuário e fecundidade ganham centralidade. A mulher rural também continua em foco. O termo *sexo* também aparece, o que indica a relação entre mulher e sexo feminino, reforçando as bases biológicas dessa primeira, e o recurso à variável *sexo* em análises quantitativas.

Nos anos 2000 ganham destaque os temas família e trabalho, o que aponta para análises relacionadas à divisão sexual do trabalho ou conciliação, explicitando-se ainda o tema trabalho doméstico. Segundo Carvalho et. al. (2012), os artigos publicados da revista nessa década apresentaram caráter predominantemente qualitativo e os temas se concentraram nas áreas de Administração, Economia Familiar, Educação do Consumidor e Família e Desenvolvimento Humano. As autoras destacam que a subárea trabalho e gênero representa 13,54% das publicações no período entre 2002 e 2011. Nos anos 2010, a categoria gênero se destaca um pouco mais, em comparação com décadas anteriores, destacando-se os temas trabalho, consumo familiar, bem como as análises de caráter qualitativo. Finalmente, nos anos 2020 verifica-se ainda a centralidade da categoria mulher, mas os temas se pluralizam, incorporando publicações com foco em *violência*, *violência doméstica*, *violência contra mulheres*, *feminicídio*. Destaca-se também a palavra *qualitativo*, que indica a predominância dessa abordagem nas publicações dessa década.

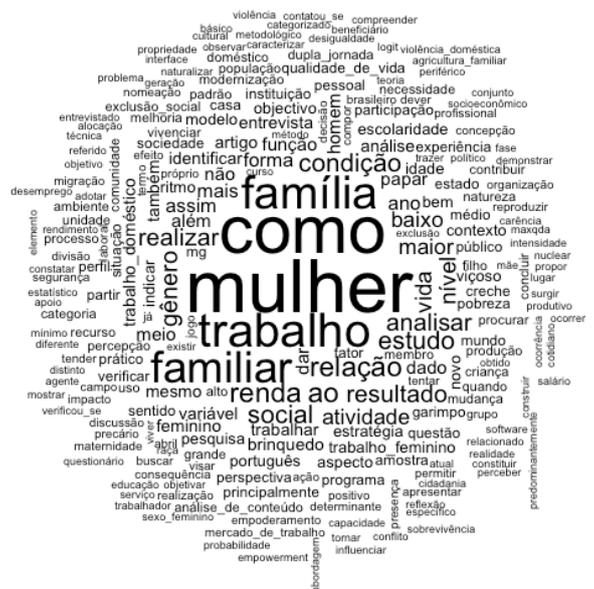
Gráfico 04 – Nuvem de palavras dos resumos dos artigos com o tema mulher, gênero, sexualidade e raça publicados na revista Oikos, desagregadas por década de publicação, 1981-2021



1980



1990



2010



2020

Fonte: as autoras, a partir do sítio eletrônico da revista Oikos

Os resultados acima apontam para a predominância da categoria mulher, em detrimento do conceito de gênero nos artigos publicados na revista Oikos entre 1981 e 2021. Ainda que o desenho empírico da pesquisa, baseado na análise de conteúdo dos resumos não permita fazer afirmações mais conclusivas sobre esse achado, aventamos algumas hipóteses: 1. As publicações tratam mulher e gênero como sinônimos; 2. A opção por se trabalhar com a categoria mulher se justifica pelo caráter mais descritivo e de corte fortemente empírico dos artigos analisados; 3. O recurso a metodologias quantitativas e a adoção da variável sexo (feminino/masculino) como *proxy*; 4. A ausência de uma reflexão mais consolidada sobre gênero na área da Economia Doméstica.

Por fim, consideramos que não é pertinente aventar a hipótese de que “a escolha deliberada pela categoria mulher teria como objetivo evitar a politização da reflexão empreendida, especialmente em um contexto em que gênero assume os contornos de categoria acusatória e em que os estudos de gênero são considerados ideológicos e não científicos”, uma vez que o uso da categoria gênero em artigos publicados na revista Oikos vem crescendo nas últimas décadas e não diminuindo. Ainda que a investigação dessas hipóteses fuja do escopo deste artigo, uma vez que requereria esforços adicionais aos aqui empreendidos, como a análise das teorias e referências mobilizadas, consideramos termos aportado elementos relevantes para o aprofundamento da presente análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo realizamos um balanço das publicações sobre gênero (e temas correlatos, como mulher/mulheres, sexualidade e raça) nos 40 anos da Revista Oikos. Partimos do pressuposto de que a categoria gênero é uma ferramenta de análise que permitiria conectar as dimensões micro e macrossociais, além de permitir questionar binarismos que terminam por reforçar desigualdades, como natureza/cultura, privado/público, masculino/feminino. Essa análise considerou também um breve histórico do campos da Economia Doméstica no Brasil, especialmente sua relação com os estudos de gênero.

Para tanto, combinamos técnicas de análise quanti e qualitativas e construímos um corpo textual baseado no resumo dos artigos incluídos na amostra. Como resultados, verificamos que as publicações concentravam-se no termo *mulher/mulheres*, o que pode indicar que os trabalhos publicados na revista Oikos apresentam caráter mais descritivo ou,

ainda, empírico, havendo pouca produção voltada ao refinamento das teorias e categorias de análise empregadas. No entanto, a análise empreendida não fornece elementos para verificar essa hipótese.

Avaliamos, então, que esse resultado reforça o argumento de Fiuza et. al. (2003), de que a Economia Doméstica se fundou a partir de uma contradição. Se, por um lado, representou a possibilidade de mulheres atuarem como produtoras de conhecimento no mundo público, por outro, estabeleceu um *ethos profissional* restrito ao que era caracterizado como papel social tipicamente feminino (FIÚZA et. al., 2003), reforçando concepções tradicionais de feminilidade, o que pode se relacionar com a mobilização dos termos *mulher/mulheres* como categorias centrais.

Finalmente, é importante lembrar, como o faz Hemmings (2009), que a emergência de um campo de estudos de gênero não implica no deslocamento ou substituição de categorias anteriormente empregadas, como se o processo de consolidação desse campo fosse linear, em que se poderia contar uma estória de progresso contínuo ou ainda uma estória de despolitização e fragmentação progressiva. Entendemos que o mesmo pode ser dito a respeito do campo da Economia Doméstica e sua relação com os estudos de gênero. Nesse cenário, consideramos, portanto, que as análises apresentadas neste artigo devem ser tomadas como ponto de partida para investigações mais detidas sobre a relação entre o campo da Economia Doméstica e os estudos de gênero, o que permitiria também recolher pistas para compreender os processos de emergência, consolidação e reconfiguração das Ciências Domésticas no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. **Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de economia doméstica no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 13, n. 52, p. 275–285, 2013.

AMARAL JUNIOR, José Carlos do. **Três teses sobre a Economia Doméstica no Brasil: elementos para uma interpretação histórica**. Cadernos de História, v. 21, n. 35, p. 73, 17 dez. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas em Psicologia, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CARVALHO, Angelita; FONTES, Márcia; ARAÚJO, Elisson. **Análise de Conteúdo e Bibliométrica dos Artigos Publicados na Revista Oikos nos últimos 10 anos.** Revista Oikos, Viçosa, Vol 23 (2), 3-29, 2021.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global.** Tradução da 3. ed. e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

CORREA, Sonia. **A “política do gênero”: um comentário genealógico.** Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, e185301, 2018

DA SILVEIRA LEITE, Elaine. **Entre a economia e a crítica feminista da “racionalidade”: um esboço dos cursos de economia doméstica no Brasil.** Política & Sociedade, v. 15, n. 33, p. 254–281-254–281, 2016.

DE OLIVEIRA COSTA, Albertina; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. **Pesquisa sobre mulher no Brasil-do limbo ao gueto?.** Cadernos de pesquisa, n. 54, p. 5-15, 1985.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte".** Educação & sociedade, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FIÚZA, Ana Louise et. al. **O Curso de Economia Doméstica: Trajetórias Femininas e Marcas de Gênero.** Revista Oikos, Viçosa, Vol 14 (2), 97-107, 2003.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** Brasília: Liber Livro, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. **Estudos de gênero no Brasil.** In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 183 - 221, 1999.

HEMMINGS, Clare. **Contando Estórias Femininas.** Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária—ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”.** In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Debates contemporâneos sobre Educação para Sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 25-52, 2017.

KOVÁTS, Eszter; PÕIM, Maari. **Gender as symbolic glue.** Budapest, Foundation for European Progressive Studies, 2015.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Ed.). **Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality.** Rowman & Littlefield, 2017.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo.** Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOPES, Maria Fátima. **O Sorriso da Paineira: construção de gênero em uma Universidade Rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995

LOPES, Maria Fátima. **A história de um campo acadêmico feminino no Brasil**. In: IX Congresso Iberoamericano De Ciencia, Tecnología Y Género, Sevilla, 2012.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. Revista Estudos Feministas, v. 16, p. 333-357, 2008.

MEDEIROS, João Bosco. **A prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2000.

MOSCHKOVICH, Marília. **Feminist Gender Wars: a recepção do conceito de gênero no Brasil (1980s-1990s) e as dinâmicas globais de produção e circulação de conhecimento**. 2018. Tese de Doutorado. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp, Campinas.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SANTIAGO, Carla; VIEIRA, Elza; ROCHA, Isa Maria Meira. **Repensando a Economia Doméstica numa Perspectiva de Gênero**. Revista Oikos, Viçosa, Vol 7 (2), 37-41, 1992.

SANTOS, Viviane et. al. **IRAMUTEQ nas pesquisas qualitativas brasileiras da área da saúde: scoping review**. CIAIQ 2017, v. 2, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade, Vol 15 (2), 71-99, 1990.

SCOTT, Joan. **Os usos e abusos do gênero**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 45, 2012.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Ser mulher, “uma missão”: A escola superior de ciências domésticas, domesticidade, discurso e representações de gênero (1948-1992)**. Tese (Doutorado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho da Universidade Federal de Juiz de Fora, p.267, 2016.

SIMONINI, Maria Lúcia. **Apresentação**. Revista Oikos, v. 01, n. 01, 1981.